



Resumo de Notícias

21/04/2015 - Insituto Telecom

Repórteres Sem Fronteiras volta a denunciar monopólio midiático no Brasil

O novo relatório da organização não-governamental Repórteres Sem Fronteiras (RSF), uma das mais respeitadas no mundo no campo da análise sobre liberdade de imprensa, voltou a denunciar a situação no Brasil.

O Brasil caiu seis pontos no ranking de liberdade de imprensa, segundo a instituição, de 99 em 2015 para 105 em 2016.

Em 2013, a entidade já havia denunciado o Brasil como "o país dos 30 Berlusconis", num relatório especial sobre o país, no qual apontava a existência de um cenário de oligopólio.

O relatório atualizado volta a tocar no assunto, denunciando a concentração dos meios de comunicação no Brasil em mãos de poucas famílias, a maioria delas ligadas a oligarquias políticas.

Além disso, o Brasil é um país perigoso, principalmente para blogueiros.

Diferentemente da mídia, que não deu atenção aos

casos, a RSF denuncia os recentes assassinatos de blogueiros, incluindo o caso do blogueiro mineiro, Evany José Metzker, que teve sua cabeça decepada.

Em dezembro último, a RSF faz outra denúncia. Dois blogueiros assassinados no nordeste do país: Israel Gonçalves Silva, 37 anos, em Pernambuco; e Orislandio Timóteo de Araújo, também com 37 anos, no Maranhão.

O Barão de Itararé, instituição que reúne blogueiros, e do qual este blogueiro faz parte, discute o envio de uma nova denúncia à RSF, para explicar que o oligopólio da mídia brasileira é o principal articulador do golpe de Estado em curso.

É importante denunciar ainda, junto à RSF, que esses "30 berlusconis" tem uma liderança, um grande "berlusconi", a Globo, que sozinha é maior do que os 29 outros e detêm propriedades cruzadas que atingem os mercados de jornal impresso, revistas, livros, tv, rádio, cinema e distribuição, além das ramificações em inúmeros ramos da economia: seguros, imóveis, etc.

21/04/2015 - Insituto Telecom

Proposta revoga artigos da Lei de Imprensa que limitam reparação por dano moral

Para o autor da proposta, o valor não deve ser definido por lei e sim pelo juiz, levando em conta a extensão do dano causado

A Câmara dos Deputados analisa uma proposta que revoga os artigos da Lei de Imprensa (5.250/67) que impõem limites à reparação por dano moral.

O objetivo do Projeto de Lei 4464/16, apresentado pelo deputado Alberto Fraga (DEM-DF), é retirar da lei ordinária a previsão de ressarcimento limitado do dano moral, uma vez que essa limitação não encontra respaldo no atual ordenamento jurídico brasileiro, em especial na Constituição da República.

O artigo 51 da Lei de Imprensa, por exemplo, prevê que a responsabilidade civil do jornalista poderá variar de dois a 20 salários mínimos, de acordo com a gravidade do dano causado. Já a responsabilidade civil da empresa

jornalística poderá ser até dez vezes maior (artigo 52).

A Constituição, no entanto, assegura direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

"[A Constituição] não prevê limitação de valor, mas limitação implícita de arbitramento no sistema jurídico que poderá ser maior ou menor, conforme a lesão concretamente sofrida", afirma o autor do projeto, deputado Alberto Fraga (DEM-DF). "O juiz que deve arbitrar o valor consoante o ordenamento jurídico, nos limites do dano causado."

Tramitação

A proposta será analisada, conclusivamente, pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Resumo de Notícias

21/04/2016 - Convergência Digital

Anatel, agora, fixa multas de até R\$ 10 milhões por limite na franquia da banda larga fixa

A Anatel vai exigir maior transparência das empresas que resolverem adotar cobrança adicional ou bloqueio de acesso nos planos de banda larga fixa. A Superintendência de Relação com os Consumidores baixou regras sobre as ofertas e congelou por 90 dias quaisquer efeitos dessas novas práticas até que os clientes tenham ferramentas de medição de consumo e comparação de preços.

Ao mesmo tempo, a agência vai exigir que os grandes provedores (leia-se, as grandes operadoras de telecom) deem ao consumo de dados tanto destaque na divulgação das ofertas quanto aos preços e as velocidades dos planos. Em caso de descumprimento dessas regras, as multas podem variar de R\$ 150 mil a R\$ 10 milhões por dia.

A intervenção da agência é uma resposta à pressão de consumidores e do Ministério das Comunicações sobre o tema, que ganhou destaque a partir da decisão da Telefônica, no início do ano, de se juntar às maiores desse mercado e adotar limite mensal de consumo de dados nos planos de banda larga fixa. A franquia, assim, está na grande maioria dos contratos atuais, ainda que o bloqueio após o consumo ainda não seja praticado.

No despacho, publicado na segunda, 18/04, no Diário Oficial da União, a superintendente Elisa Leonel sustenta que hábitos de consumo precisam ser respeitados pelas operadoras. “É fato notório que se consolidou a prática de não aplicação da franquia de dados, ainda que eventualmente prevista em contrato, moldando assim os próprios hábitos de fruição do serviço pelo consumidor”.

Ainda na argumentação que sustenta a medida, a superintendente diz que “as práticas atuais do mercado de banda larga fixa permitem inferir que o consumidor não está habituado com a mensuração de consumo baseada em volume de dados trafegados e não adquiriu o hábito de utilizar-se de ferramentas de acompanhamento desta volumetria”.

A decisão de exigir as ferramentas que possibilitem essa mensuração vale expressamente para os grupos Vivo (GVT incluída), Claro (Net), Oi e TIM, Sky, Sercomtel, Algar e Cabo – na prática, para os grupos das concessionárias de telecomunicações e os provedores de acesso com mais de 50 mil clientes atuantes no mercado brasileiro.

25/04/2016 - Telesíntese

Oi confirma reestruturação de dívida. Ações disparam.

Companhia anunciou acordo com representante de grupo de credores e contratação de assessor legal.

A Oi comunicou ao mercado nesta segunda-feira, 25, que vai mesmo reestruturar sua dívida. Ao final de 2015, a empresa devia o montante bruto de R\$ 54,9 bilhões. A companhia diz que espera que o processo termine rapidamente, uma vez que conseguiu firmar acordo de confidencialidade com a empresa Moelis & Company, assessoria financeira de um grupo de grandes credores.

“A Companhia pretende concluir sua reestruturação de dívida rapidamente e acredita que as negociações com um único comitê representativo dos titulares de bonds de emissão da Companhia irá permitir concluir a reestruturação de dívida de forma ágil”, afirma, em

nota ao mercado.

O acordo agradou o mercado. Até às 11h45 de hoje os papéis ordinário da Oi subiam 14,63%, enquanto os preferenciais disparavam 28,26%. Nos últimos 365 dias, as ações da operadora amargaram perda de mais de 80% de valor. O movimento é exceção na bolsa brasileira, que caiu 1,75%.

A Oi contratou, também, o escritório Barbosa Müssnich Aragão e White & Case LLP como seus assessores legais. Já tinha o PJT Partners como assessor financeiro, encarregado de elaborar o plano de reestruturação.

Nada disso, garante a companhia, afetará a forma como os serviços são prestados aos clientes finais.



Resumo de Notícias

22/04/2016 - Rede Brasil Atual

FUP pede a trabalhador para não aderir a programa de demissão voluntária

Para entidade, que fez denúncia a órgãos públicos, plano representa perigo à sociedade e aos trabalhadores

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) denunciou a Petrobras por causa do programa de demissões voluntárias recentemente anunciado pela estatal, pelos "perigos" que o plano "representa para a sociedade e para os trabalhadores". A denúncia foi feita ao Ministério Público do Trabalho (MPT), à Agência Nacional do Petróleo (ANP) e ao Ministério do Trabalho e Previdência, por meio de uma de suas superintendências regionais.

"A empresa quer dispensar metade de seus efetivos próprios, o que potencializará os riscos de acidentes e a perda da herança de conhecimentos que os petroleiros desenvolveram ao longo dessas seis décadas da companhia e que é transmitida de geração para geração", afirma a FUP. A entidade cita como outro "efeito nefasto" a terceirização de atividades-fim, "processo que já está em curso na Petrobras" e que, de acordo com a FUP, tende a se intensificar. O coordenador da FUP, José Maria Rangel, já havia feito críticas ao programa assim

que ele foi anunciado.

Em comunicado, a federação "reforça a orientação aos petroleiros para não aderirem ao plano enquanto a empresa não tiver uma proposta de recomposição dos efetivos". De acordo com a entidade, o objetivo é dispensar, "no mínimo, 12.439 funcionários, sem limite de idade, nem de tempo de serviço". Mesmo quem acabou de ser admitido poderia aderir ao chamado Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), cujas inscrições começaram neste mês e vão até agosto.

"Quantos trabalhadores terão suas vidas sacrificadas neste desmonte? Já perdemos mais de 650 companheiros em acidentes nas últimas duas décadas. Quantos mais perderemos com um efetivo reduzido à metade?", questiona a FUP. Quando anunciou o programa, a empresa disse que o objetivo é "adequar a força de trabalho às necessidades do Plano de Negócios e Gestão, buscando otimizar a produtividade e reduzir custos"

20/04/2016 - Rede Brasil Atual

BB deve pagar multa por envio de cartão sem autorização de clientes

O Banco do Brasil terá de pagar multa de R\$ 532.050,00 por envio de cartões de crédito sem prévia solicitação dos consumidores. A decisão de processo administrativo foi publicada hoje (20), pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, no Diário Oficial da União.

O banco havia recorrido da decisão, mas a secretaria manteve a multa por considerar que houve violação dos princípios da boa-fé e da transparência,

descumprimento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e infração a artigos do Código de Defesa do Consumidor.

De acordo com a decisão, o banco tem 30 dias para pagar a multa ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa da União.

Procurado, o Banco do Brasil ainda não se manifestou sobre o assunto.



Resumo de Notícias

25/04/2016 - RBA

Com ator Zé de Abreu no Faustão, Rede Globo 'concede' 30 minutos à democracia

Zé de Abreu foi muito além das explicações sobre as cusparadas e chamou Eduardo Cunha de 'ladrão'



Da entrevista concedida por Zé de Abreu ao Faustão, neste domingo (24), há um pequeno trecho que resume o que o apresentador — e possivelmente a própria TV Globo — acreditam ser "democracia" ou "liberdade de expressão".

Num comentário, Fausto Silva disse que aquela entrevista, em si, era um exemplo de democracia, com a concessão de 30 minutos, "absurdamente", para que Zé de Abreu expressasse suas opiniões políticas.

Fez a gente lembrar da Globo publicando seus índices de audiência nos jornais, no passado, como se equivalassem a votos — ainda que o público brasileiro não tivesse muitas escolhas, considerando o monopólio global obtido ao longa da ditadura militar.

Sim, a Globo tentava tirar sua legitimidade do lbope como se fosse uma eleição, como se tivesse havido uma disputa limpa e igual entre as diversas emissoras para chegar à casa do telespectador.

Mais audiência, mais "votos", mais legitimidade, diziam os anúncios da Globo.

É como se o crack "ganhasse eleição" pelo do fato de que vicia e mata mais.

Para nosso bem, agora o Jornal Nacional não seria capaz de apresentar seus 25 pontos de audiência

como vitória esmagadora numa "eleição" popular.

Estamos livres dos anúncios, mas não da visão distorcida de democracia.

Assista a participação de Zé de Abreu no Faustão:

<https://youtu.be/3dPi66pyzlk>

Se Faustão — ou a direção da Globo — decidiu conceder 30 minutos a um colega, por que o Jornal Nacional se nega cotidianamente a conceder direito de resposta aos que critica? Por que resume a opinião alheia a notas para cumprir o formalismo de que ouviu o outro lado? Por que não reproduz em seu noticiário o pluralismo da sociedade brasileira, do qual Zé de Abreu, Monica Iozzi e Leticia Sabatella são exemplos? Por que o jornalismo da Globo promoveu uma limpeza ideológica em seus quadros a partir de 2002?

Faustão expressou a visão de democracia da Casa Grande, algo fortuito, arbitrário, ao qual os adversários políticos têm direito desde que obedeçam as regras definidas pelos outros e se limitem ao tempo que lhes foi concedido.

Zé de Abreu foi muito além das explicações sobre as cusparadas que disparou em um restaurante de São Paulo. Teve a oportunidade de chamar Eduardo Cunha de "ladrão", por exemplo.

O ator também mencionou o episódio de sábado (23) à tarde na avenida Paulista, quando houve confronto entre defensores do Pato e defensores da democracia, que organizaram um piquenique diante da TV Gazeta. O jornalista Pio Redondo, quando tentava proteger uma jovem de agressão, teve dois dentes quebrados por um agressor partidário do golpismo.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2016/04/com-ator-ze-de-abreu-no-faustao-rede-globo-concede-30-minutos-a-democracia-9689.html>



Resumo de Notícias

24/04/2016 - Vermelho

Orquestra da crise toca plim-plim

A imprensa brasileira é grotesca, para não dizer coisa pior. Cabe a ela ter ética, imparcialidade e senso de realidade dos fatos, sempre fiel à verdade. Como disse, ela é grotesca, não cumpre com a decência e a honradez de sua missão: informar, isenta de interesses mesquinhos que gerem ganhos a uma parcela privilegiada.

O papel que a Globo desempenha nesse pacto é o de regência nebulosa do poder da informação. O papel que a Globo desempenha nesse pacto é o de regência nebulosa do poder da informação. A mídia televisiva e radiofônica por sua vez se apodera do que é público para defender o privado. A concessão de radiodifusão, que era para ser usada em benefício de todos, levando informação e prestação de serviços – bem como forma de levar cultura a todas as partes do país por meio de uma programação afinada com as necessidades da população – se transforma desde muito cedo, logo na forma em que a lei foi outorgada, ao passo que ofertou com total facilidade espaço no espectro eletromagnético o usufruto para interesses individuais. Repito, um bem público que deveria ser voltado para os interesses de toda a sociedade. De que grande imprensa estou falando? Você vai ver por aqui!

É medíocre falar que ao se defender um meio de comunicação está se resguardando o direito de liberdade de imprensa. Isso não é uma realidade. O direito de imprensa deve ser amparado em toda a democracia no planeta, porém se faz necessário que a mesma imprensa saia da postura ordinária e mentirosa, além de tendenciosa e manipuladora, em que



se encontra, destinada exclusivamente para os interesses capitalistas e arbitrários de políticos e empresários, que dela fazem prostituta e corrupta, além de receptadora do furto praticado.

Não se deve defender apenas o direito de liberdade da imprensa, mas também o direito de opinião de todo cidadão, inclusive quando essa mesma

imprensa implanta informações maliciosas ou usa de sensacionalismo para abordar determinado assunto. O fato sendo exposto de forma tendenciosa ou arbitrária deve, sim, ser repugnado e combatido pela população.

Informação é poder

Falar em direitos de liberdade passa primeiramente pelo crivo dos deveres que se têm com o coletivo. A Rede Globo de Televisão se coloca em todas as ocasiões como vítima quando os seus direitos de cobrir fatos são repudiados pela população, afirmando estar em perfeita consonância com a verdade e imparcialidade. Isso é uma utopia, afirmação descarada e repugnante.

Mas o que todo mundo sabe, ou pelo menos identifica, é que a sua forma de fazer jornalismo passa pelo descaramento de se colocar em posição consolidada em dado lado da história. A estratégia passa longe de ser tão demasiadamente notada, mas não precisa ser tão aparente para ser óbvia em tantas reportagens e matérias, além de ser clara a posição pela forma como seus âncoras as expõem nas bancadas dos telejornais.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/279652-1>